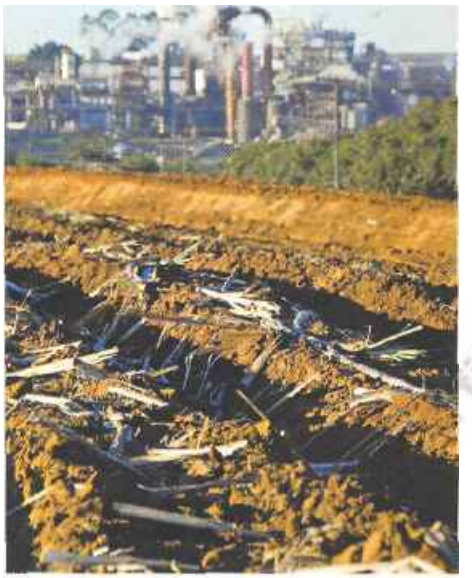
Histórica reviravolta contra os biocombustíveis

Autoridades econômicas mundiais alertam para o risco de usar a área de plantio de alimentos para encher tanque de carros

Os fatos

A idéia de transformar terra afeita à plantação de alimentos em área para o cultivo de biocombustíveis (à base de milho ou cana-de-açúcar) é a principal resposta à alta do preço do petróleo e ao aquecimento global. Há uma década autoridades, cientistas e líderes de ONGs tratam esse caminho alternativo como a salvação da lavoura. Vive-se hoje uma histórica reviravolta.



A cana vira álcool: novo vilão mundial?

'A produção em massa de biocombustíveis representa um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais de alimentos", disse o suíço Jean Ziegler, relator especial da ONU para o Direito à Alimentação. A Comissão Européia emitiu comunicado propondo a supressão das subvenções para a produção de biocombustíveis. "A produção agrícola com fins alimentares deve ser claramente prioritária", afirmou o ministro francês da Agricultura, Michel Barnier. Técnicos do Fundo Monetário Internacional atribuíram a inflação de alimentos - de 83% nos últimos três anos, em todo o mundo - aos biocombustíveis. Trata-se de equação simples: a escassez de comida, levada ao tanque dos veículos, faz os preços aumentarem.

Houve grita imediata de quem defende as novas fontes de energia. Na avaliação do governo brasileiro, "as críticas ao etanol escondem um lobby da indústria do petróleo e uma tentativa de desqualificar o combustível brasileiro extraído da cana-de-açúcar". O presidente Lula, em visita à Holanda, foi direto ao ponto. Para ele, "acusar a produção de biocombustíveis como responsável pelo aumento da inflação é uma falácia, uma mentira deslavada".

Os biocombustíveis, saliente-se, não são o inimigo número 1 da inflação de alimentos - representam apenas um dos fatores -„ mas "a redução da produção de etanol e de outros combustíveis verdes é iniciativa que os governos podem controlar com mais firmeza", aponta o *International Herald Tribune*. E, contudo, apenas uma ponta do problema. Outros dois permanecem: o crescimento populacional (seremos 9 bilhões de habitantes até 2050) e o aumento de renda e de consumo em países como a China e a índia. Há mais bocas para alimentar.

Houve recuo, inimaginável em tempos de economia sustentável, também entre os verdes. A Agência Européia do Meio Ambiente suspendeu um de seus objetivos: que 10% de todo o transporte por veículos no continente fosse realizado com biocombustíveis até 2020. Voltou-se à meta anterior, de 5,75%. O freio de mão foi puxado em nome de uma preocupação mais urgente: o risco de fome.

Prosseguiam, em 33 países da África, da Ásia e da América Central (Haiti), os protestos contra a alta no preço dos gêneros alimentícios. O problema é grave, atesta relatório do Banco Mundial divulgado na sexta-feira, 11. "A inflação de alimentos não é fenômeno temporário, persistirá a médio prazo, pelo menos até 2009", diz o texto.O impacto será maior em países pobres como os da África, onde a renda per capita perderá até 5% nos próximos dois anos em decorrência da escassez de comida barata. O Brasil, por causa de sua vasta área de agricultura, tende a ganhar 0,5% no mesmo período, aponta o FMI. ■

Tempo bom para:

Hora certa. O Brasil terá apenas três fusos horários, segundo projeto de lei do senador Tião Viana (PT) que ainda precisa ser aprovado pelo presidente Lula. Hoje o país tem quatro fusos: o de Brasília (engloba a maioria dos estados), o da região Centro-Oeste e parte da região Norte, o de Fernando de Noronha e o do oeste da Amazônia. Este último sumiria.

Ruínas. Autoridades italianas, preocupadas com a deterioração de Pompéia, planejam controlar o número de visitantes ao local. As ruínas da cidade, destruída pelo Vesúvio no ano 79, são visitadas por 2,6 milhões de turistas por ano. A segunda parte do plano é mais polêmica e inclui alugar o monumento arqueológico para eventos de grandes empresas.

Pompéia, na Itália: cuidados

Tempo ruim para:

Fugir. O governador José Serra, de São Paulo, sancionou projeto de lei que obriga o uso de pulseira ou tornozeleira com chip por presos que receberem a liberdade provisória durante datas comemorativas, como a Páscoa e o Natal. O objetivo é monitorar e rastrear os detentos, diminuindo a possibilidade de fugas. Estuda-se adotá-lo em outros estados.

Fonte: Revista da Semana, a. 2, n. 15, p. 6, 21 abr. 2008.